

NÔ PINTCHA

FUNDADO EM 1975

Director: Enfamará Cassamá

ANO XXIII - N° 1635

Preço: 300 F CFA

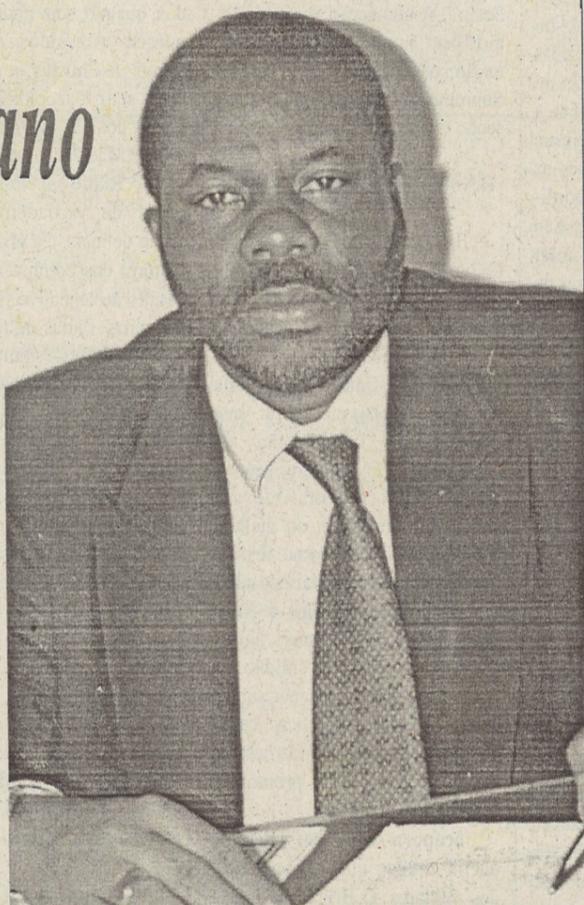
Semanário de Informação Geral

Av. do Brasil - CP 154 - Telef: 21 37 13 / 21.37 28 - Bissau

“O General Mané não quis render e morre”

- Advoga Caetano

N'Tchama



As pessoas que continuavam a fugir de Bissau temendo eventual acção de represália militar do Brigadeiro Ansumane Mané já não têm razões para mais inquietações. O homem que em 7 de Junho de 1998 liderou o movimento militar contra o regime do General João Bernardo Vieira (Nino) já não faz parte deste mundo. Foi morto quinta-feira, 30 de Novembro, na sequência de uma operação militar de sua captura, lançada pelas Forças Republicanas.

Página 5

Droga e prostituição juvenil na Guiné

Gabú anda à ritmo acelerado

Página 9

Prisioneiros de guerra
A lei é necessidade em Estado de direito

- Defende Ministra da Justiça

Página 12

Análise

Ponto de mira

Pág..... 2

Razão, um valor sagrado

General Mané a enterrar

O General Mané morreu na quinta-feira, 30 de Nov., ao resistir-se à ordem, e foi a enterrar na sexta-feira, 1º de Dezembro de 2000, no Cemitério de Missira, em Bissau. O seu corpo, inerte, foi retirado da casinha mortuária do Hospital Simão Mendes e foi remetido aos familiares domiciliados em Missira. Dezenas de milhares de fiéis muçulmanos e não só, assistiram a cerimónia fúnebre, clamando alto Aljah-Akbar até à última morada.



Razão, um valor sagrado

As armas voltaram a falar na Guiné-Bissau. Consequências imediatas: o General Mané foi abatido pelas Forças Republicanas na área de Bijimita, pereceu um certo número de militares, milhares de civis puseram-se em debandada na senda de fuga; as perdas materiais são sérias, e, mais uma vez, ficou a nação machada de sangue e ressentimentos. Consequências à longo termo: há dias, rezava um ditado que "um general afugentado é um leão ferido. Cedo ou tarde, tentará redar cara". Isto já está fora de questão! Causas: a rebelião de um homem de alta estatura militar do Exército guineense contra uma medida do PR, que agiu como Comandante Supremo das FA que é...

□ **Enfamará Cassamá**



A razão é um valor a defender...

Se nos fosse permitida a chance de analisarmos os factos de forma isenta e objectiva, isto é, (de acordo com as imagens), diríamos que a presente atitude do General Mané, timbre das duas guerras heróicas que conheceram a Guiné-Bissau, não casa com a Constituição da República. Nesta, grosso modo, reza-se que as Forças Armadas estão subordinadas aos poderes políticos. Seu papel, se não quisermos colar tanto os olhares sobre as folhas do compêndio mágnio, é garantir a paz, a segurança dos cidadãos e a integridade física do país. Ora se é isso, verdade também é significar que qualquer atitude "repulsiva e directa" destas contra o poder político instalado pelo povo, pode representar uma rebelião manifesta. O queiramos sim, quer não, somos membros de direito de uma república de homens e mulheres. Crê-se que entre nós o que comanda ou deve comandar todos os instintos é uma certa dose do bom raciocínio, do bom juízo. Como dons que tendem a levar ao melhor julgamento das coisas malignas incorporadas no ser humano, a saber, a palavra, a raiva, o rancor, a sede de vingança, a humilhação, o amor... Essas coisas que não têm cara, corpo, ou peso, doem muito quando utilizadas de maneira indevida e abusiva.

Com isto afirmamos que a atitude de o General Mané de autonegar-se à Comandante Supremo das FA, não dá para ouvir ou relatar. Apesar de, na altura, o Brigadeiro Mané ter circunscrito à sua maneira, a amplitude da sua acção tanto e quanto equívoca (dizia ele que o assunto concernava apenas o campo militar), a sua significação directa, se se descodificar a Constituição da República, é golpe de Estado militar. Ora, Generais e Marechais, a África já os teve tantos. Mas,

mesmo assim, todos eles foram nomeados em cerimónias nobres com pompas militares, com comes-e-bebes...

Outro ponto importante: o posto de Chefe de Estado-Maior General das FA é o que está no topo da alta hierarquia militar guineense. Quem o tem ocupado - pelo menos depois da guerra de 7 de Junho-98 - é Veríssimo Correia Seabra. A nomeação deste, dissemos bem, nomeação e não designação, é feita pelo Comandante Supremo das FA que não é outro senão o PR.

Revolta-contra-revolta-militar

Em menos de uma semana, a Guiné-Bissau viveu um clima quente, marcado por duas rebeliões militares. Na primeira, Ansumane Mané acha-se traído depois de ver interpolada a lista dos altos oficiais a nomear, que havia saído da reunião do Conselho de Estado-maior general alargado. Em resposta, ele age como um super-man, ou melhor, como o único homem no seio de um colectivo de oficiais de altas patentes militares. Não é santa essa atitude! Além de mais, absurda também foi a prontidão da Rádio e Televisão nacionais, quando decidem publicar cenas em que Ansumane manda despromover o que o PR promoveu, poucos dias antes de

acapara-se de um lugar de chefia militar que não pertence aos militares. O Brigadeiro Mané que já vinha sendo considerado por muitos como o verdadeiro incómodo para o exercício da democracia na Guiné-Bissau, enquanto o Senegal também o chamava irmão de Salifo Sadjo, vê surgir contra ele, e, de forma muito militar, parte de colegas seus - di seti di junhu. Apesar de, antes, os ter colocado sob os olhares dos seus fiéis, estes escapam e entram em movimento militar. Este movimento, por reclamar-se como defensor da Constituição da República, vai alinhar-se imediatamente com o Governo e toma o designio de

"Forças Republicanas".

O poder das ondas rádio-eléctricas

O cenário que se-nos ofereceu foi o seguinte: os homens de Bitchofla Na Fafé agiram como verdadeiros comandos da "Força Delta". Um jovem militar do ex-Q.G. conta: "Ficamos surpreendidos, quando, sem pudermos reagir porque estávamos desarmados, vimos os ninjas a irromperem com suas bazookas apontadas contra nós e a dizerem "Rendame-se!". "Mãos ao ar senão!.."

A Rádio nacional jogou o papel de verdadeiro medium. Além de mais, é a primeira vez na história dos combatentes que um assalto ao objectivo ficou difundido pelas ondas rádio-eléctricas. Noutras partes e noutras épocas, o General de Gaule havia apelado, através de uma estação de rádio britânica para a resistência e assalto final contra as tropas nazis em solo francês. Outro papel mas, desta vez nefasto, aconteceu no Ruanda, através da "Radio mille collines". Apelava para o extermínio de uma etnia adversa. No nosso caso, ajudou a aliviar o pulmão de medo que flutuava em variadíssimos peitos. Pois, permitiu adivinhar que não ia haver resistência contra as forças da reposição da legalidade, nem tanques ou Bm's-14 a romperem os céus para o centro de Bissau.

"Estamos ligados ao PR, através de uma corda. Se ele puxar tanto, largamos..."

Se quisermos ser sinceros nesta análise simples dos factos, registamos que a atitude do General Mané em nada dignifica a sua pessoa e nome. Não obstante, ele formulou algumas acusações que a justificam. À título de exemplo, "que a lista contendo os nomes das pessoas a promover sofreu interpolação", "que o PR estava a encorajar o divisionismo no seio das FARP" e que o "Chefe devia tratar directamente com ele tudo que tocasse às Forças

Armadas". Disse também que "o desentendimento era puramente inter-militar, não tinha nada a ver com a ordem política". Mas, pronunciou esta frase:

"Estamos ligados com o PR, através de uma corda. Se ele puxar tanto, largamos...". Esta ideia suscitou muitas interpretações. Seja o que fôr, quis o Brigadeiro com ela marcar a "roptura" total com o Presidente Koumba Nhanca Cobde Yalá. Nessa frase, o querer do general está manifesto. É um condão que liga o Exército nacional ao PR. O mesmo podia ser largado (e não puxado no sentido de correcção ou aconselhamento), se o PR puxasse com demasia. O sentido é: O Koumba fez o que fez, o Exército sapou a corda, fechando porta ao diálogo. E, onde não há este, não há reconciliação. Uma comunidade não reconciliada consigo mesma é uma sangrenta mata de homens barulhentos.

E a grande pena do embróglio é o facto de ter ocorrido em momento de sintomas. Todo o mundo está carenciado mas, com coração e veias a pulsarem uma certa esperança do fórum de New York. É desse encontro que o país poderá receber diploma de Comunidade digna de confiança por parte dos Estados ricos de mundo. Quem não sabe da nova que já temos condições que respondem bem às exigências do BM e FMI? É nova aliviadora. A imprensa mundial falou dela durante os dias de turbilhão inter-militares. Porquê lamentar, se a história tem seus próprios passos independentes da nossa vontade?

Sim, a revolta-contra-revolta envolveu homens de farda. Mas foram interpelados vultos políticos ou civis. A este respeito, disse o PR - "Julgo ser o momento oportuno para reflectirmos sobre o nosso conceito de democracia e sobre que tipo de dirigentes políticos reclama este martirizado país no dealbar do milénio... Num momento em que não somente a República encontrava-se em perigo, como também as nossas gloriosas Forças Armadas, os seus oficiais mais prestigiados foram enxovalhados e as vidas respectivas postas em perigo; nesse momento em que se esperava dos espíritos mais brilhantes uma atitude de revolta, assistimos, com repugnância, à posicionamentos ignóbeis, baixos, bajulatórios e de entrega completa às forças que pretendiam subjugar a legalidade democrática... Não obstante, não vamos perder a razão e não abdicaremos dos princípios mais sagrados que presidem a nossa vida".

NÔ PINTCHA

Director
Enfamará Cassamá

Director adjunto
Simão Abina

Chefe de Redacção
Domingos Meta Camará

Redacção
Carlos Casimiro, Adulai
Djaló, Domingos Meta
Camará, Enfamará Cassamá
e Simão Abina

Edição Electrónica
Anselmo Matche e Mário
Óscar

Fotografia
Mário Joaquim Gomes,
Manuel da Costa e Pedro
Fernandes

Secretaria de Redacção
Ivete Monteiro e Ângela Reis

Administração e Finanças
Inácio Correia, Edmundo
Piedade, Amâncio Tepam-é,
N'Gona Mané e Ansumane
Turé

Tiragem: 2.000 exemplares

Impressão: INACEP

“Forças políticas apoiaram o golpe de Estado”

- Defende PR em mensagem a Nação

A operação de restauração da legalidade democrática, profundamente violentada pela tentativa de Golpe de Estado perpetrado pelo brigadeiro Ansumane Mané, está sendo paulatinamente concluída pelas forças armadas republicanas que desmantelaram completamente o grupo de acólitos que faziam parte da intentona.

No decurso das operações foram capturados praticamente todos os oficiais superiores que participaram nas manobras desestabilizadoras e atentatórias contra a segurança do Estado.

Infelizmente, alguns civis - entre eles personalidades políticas do primeiro plano - foram igualmente detidos, por se encontrarem ao lado das forças amotinadas, durante os confrontos ou por suspeita de que teriam conhecimento e encorajando ou saudando a decisão do Brigadeiro Mané de assumir a liderança política do país, subvertendo a ordem constitucional, tendo em conta as declarações publicamente proferidas por essas personalidades nos diferentes órgãos de comunicação social nacionais e estrangeiros.

Caros compatriotas,

Quero assegurar aos familiares dos nossos irmãos actualmente detidos que tal como defendi a reposição implacável da legalidade, enquanto primeiro Magistrado da Nação, acautelarei também, permanentemente, o respeito pelos direitos fundamentais da pessoa humana, o mesmo espírito humanista e responsável que caracterizou a nossa conduta durante as operações militares e graças à qual evitamos a efusão de sangue, preside à maneira como tratamos os prisioneiros, cuja dignidade humana e integridade física foram respeitadas.

Não obstante, julgo ser o momento oportuno para reflectirmos sobre o nosso conceito de democracia e sobre que tipo de dirigentes políticos reclama este

Conselho de Ministros

Convocada por Sua Excelência o Primeiro-Ministro, Dr. Caetano N'tchama, realizou-se em Bissau uma reunião extraordinária do Conselho de Ministros, alargada aos Secretários de Estado, para análise da situação subsequente à rebelião militar encabeçada pelo brigadeiro Ansumane Mané, que se iniciou ao fim da tarde do dia 22 do corrente e viria a ser sufocada no dia seguinte, em menos de 24 horas, pelas forças leais ao Presidente da República e ao Governo.

Longamente debatidos diferentes aspectos atinentes à sublevação armada, que teve como pretexto as recentes promoções a oficiais generais e a oficiais superiores, acto a que se dignou presidir Sua Excelência o Senhor Presidente da República e a que assistiram membros do Governo e outras entidades públicas, o Conselho de Ministros,

a) Considerando a atitude desrespeitosa e provocatória da parte do brigadeiro Ansumane Mané ao permitir-se anular as promoções do dia 16 do corrente, comemorativo das Forças Armadas, humilhando assim, publicamente, os oficiais que foram contemplados;

b) Considerando as ulteriores tentativas de diálogo com o brigadeiro rebelde, que não tiveram sucesso, promovidas pelas instituições da República e pela sociedade civil;

c) Considerando a usurpação abusiva de poderes por parte do brigadeiro Ansumane Mané, conferidos pela Constituição e pela lei ao presidente da República, ao proclamar-se Comandante Supremo das Forças Armadas, nomeadamente, nessa qualidade, oficiais de sua confiança para altas funções na hierarquia militar, actos que foram intencionalmente mediatizados;

d) Considerando o Comunicado de Imprensa do dia 21 do corrente, em que o Governo, manifestando sua total abertura ao diálogo com as chefias militares, apelava para o respeito devido à Constituição da República e às leis e exortava à sub-

ordinação dos militares ao poder civil legalmente eleito;

e) Considerando que se esgotaram todas as diligências de aproximação ao brigadeiro Ansumane Mané para, através de diálogo, se encontrar solução para os problemas levantados;

f) Tendo em conta os considerandos acima expostos, o plenário governamental tomou, designadamente, as seguintes deliberações:

a) Congratular-se com a clareza e a decisão do presidente da República, enquanto Comandante Supremo das Forças Armadas, no sentido de se adoptarem rapidamente medidas firmes e adequadas contra a sublevação armada, para que prontamente fossem respondidas a normalidade constitucional, a legalidade democrática e a autoridade do Estado;

b) Render viva homenagem às nossas Forças Armadas pela vitória conseguida contra a rebelião armada liderada pelo brigadeiro Ansumane Mané, devendo-se-lhes transmitir uma mensagem de felicitações;

c) Formular votos de parabéns ao Primeiro-Ministro Dr. Caetano N'tchama pela coesão de que o Governo que chefiou deu provas em todo este processo;

d) Agradecer à comunidade internacional pela sua reacção oportuna em favor do poder legalmente constituído e apelar à mesma no sentido de apoiar a Guiné-Bissau no processo do seu desenvolvimento económico e social;

e) Regozijar-se com o papel desempenhado pelos partidos políticos que integram o Governo, entre outros, e pelos políticos independentes;

f) Louvar a sociedade civil pela colaboração altamente positiva que emprestou neste conflito;

g) Manifestar às nossas popu-

lações a simpatia do Governo pela forma ordeira como se comportam perante a falhada intentona conduzida pelo brigadeiro rebelde;

h) Dar a conhecer à opinião pública nacional e internacional o envolvimento neste levantamento militar de partidos políticos da oposição e de alguns políticos, assim como das declarações por eles proferidas perante órgãos de comunicação social contra a estabilidade do país;

i) Divulgar a lista dos indivíduos que constituiriam novo Governo na hipótese de triunfar a tentativa golpista do brigadeiro Mané;

j) Accionar, a seu tempo, mecanismos legais que levem à responsabilização dos partidos políticos que incentivaram ou apoiaram a rebelião militar;

k) Promover procedimento legal que conduza aos tribunais competentes os militares e civis que participaram no levantamento militar;

l) Não cometer actos de violência ou tortura contra os prisioneiros de guerra, devendo os menos ser tratados em estrita obediência às leis aplicáveis e tendo presente a convenção de Genebra de 1949 e posteriores adições ou modificações;

m) Providenciar sem demora pela implantação de Forças Armadas Republicanas;

n) Enviar esforços no sentido do estabelecimento da paz, segurança e estabilidade sub-regional;

o) Vincar e fazer transmitir pelos órgãos de comunicação social a perfeita sintonia existente entre o Governo e as Forças Armadas, facto que possibilitou a subjugação do levantamento militar e o consequente regresso das instituições à normalidade constitucional;

p) Exortar a comunicação social pública a continuar a produzir um trabalho de informação profundo e sério, visando o esclarecimento da opinião pública.

nosso marterizado país no dealbar do milénio e face aos desafios colossais que a história nos impõe com vista à criação de uma sociedade moderna e à construção do bem-estar e da felicidade do nosso povo.

Fiquei triste e tenho a certeza que todo o povo guineense comigo, quando, num momento em que não somente a República encontrava-se em perigo, como também as nossas gloriosas forças armadas, os seus oficiais mais prestigiados, foram enxovalhados e as vidas respectivas postas em perigo, nesse momento em que se esperava dos espíritos mais brilhantes uma atitude de revolta, assistimos, com repugnância, a posicionamentos ignóbeis, baixos, bajulatórios e de entrega completa às forças que pretendiam subjugar a legalidade democrática.

Caros Compatriotas

Quem teve um comportamento desta natureza, lesa profundamente o código de honra do fazer política numa sociedade democrática. As forças políticas que escolheram o caminho da facilidade e do alinhamento com golpe de Estado, instigando ou saudando a tomada do poder pela ex-Junta Militar, posicionaram-se em flagrante delito contra a legalidade constitucional e contra a República.

Não obstante, não vamos perder a razão e não abdicaremos dos princípios mais sagrados que presidem a nossa vida. Nessa perspectiva, após consulta com as chefias militares e com o Governo, acabo de ordenar a libertação dos civis detidos e que não foram apanhados com farda ou na frente de combate, contudo, ficarão mantidos em regime de prisão domiciliária, até a elucidação da sua implicação ou não nos tristes acontecimentos que abalaram o nosso país, nos últimos dias.

Viva a República da Guiné-Bissau!

Viva as Forças Armadas Republicanas!

Union Economique et Monétaire Ouest Africaine
Avis d'appel d'Offres n° 07/2000/AO/COM/UEMOA
Pour la réalisation des travaux d'impression du Tarif Extérieur Commun de l'UEMOA

= Appel d'Offres =

1. Oject

La Commission de l'Union Economique et Monétaire Ouest Africaine (UEMOA) lance un appel d'offres por la réalisation des travaux d'impression du Tarif Extérieur Commun (TEC) de l'UEMOA.

2. Conditions de participation

La participation au appel d'offres est ouverte à toute personne phisique ou morale régulièrement installée dans un des pays membres de l'UEMOA et spécialisée dans le domaine de l'imprimerie.

3. Retrait du cahier des charges

Le dossier d'appel d'offres, établi en langue française, peut être obtenu, pour les soumissionnaires résidant hors du Burkina Faso, auprès de la Direction Nationale de la BCEAO de chacun des Etats membres de l'UEMOA, contre paiement de la somme de cinquante mil (50.000) F CFA payable en espèce ou par chèque.

Les soumissionnaires résidant au Burkina Faso prendront contact avec la Commission de l'UEMOA à l'adesse indiquée ao point 6.

4. Date limite de dépôt des offres

Les offres devront à Monsieur le Président de la Commission de l'Union Economique et Monétaire Ouest Africaine (UEMOA), 380, Rue Agostino Neto, 01 B.P. 543 - Ouagadougou 01, Burkina faso, au plus tard le 15 décembre 2000 à 18H00 heure locale. Les offres reçues après cette date ne seront pas prises en consideration.

5. Ouverture des plis

L'ouverture des plis aura lieu au siège de Commission de l'UEMOA, à Ouagadougou.

La Commission de l'UEMOA se réserve de le droit d'apporter toutes modifications ultérieures au présent appel d'offres et de n'y donne aucune suit, en tout ou partie.

6. Renseignements complémentaires - Exmen des échantillons

Les soumissionnaires intéressés à concourir peuvent obtenir des informations supplémentaires et examiner les échantillons des ouvrages à l'adresse ci- dessous:

Commission de l'UEMOA
Département des Politiques
Commerciales et Douanières
380, Rue Agostino NETO
01 B.P. 543 - OUAGADOUGOU 01
BURKINA FASO
Tél. (226) 31 88 73 à 76
Télécopie (226) 31 88 72

de 7 h à 12h 30 mn de 15 h à 18 h, du lundi au vendredi sauf les jours fériés.

O poder político guineense reagiu com consternação à morte do Ansumane Mané. Em declarações à imprensa estrangeira nessa quinta-feira, o Primeiro-ministro Caetano Intchama falou das circunstâncias da morte:

"Dizia eu que ele foi localizado num grupo de seis elementos seus que foram capturados e quatro morreram, estando entre eles o Ansumane Mané e mais dois que se desapareceram e não se sabe do seu paradeiro, nem onde tombaram ou se foram mortos. Estas informações militares nos deixaram tristes, não é o que esperávamos. Eu várias vezes disse que se ele se tivesse entregado voluntariamente, teria um tratamento condigno como estamos a tratar os outros detidos na Segunda Esquadra de Bissau. Certamente que teria um tratamento excepcional tanto é que, além de ter sido combatente da liberdade da Pátria, ele foi co-presidente da República no quadro do Governo de Unidade Nacional e foi comandante supremo da extinta Junta Militar."

Na heróica acção de reposição da legalidade constitucional, as Forças Republicanas desarmaram e deteram muitos oficiais superiores próximos do Brigadeiro Mané. Eis alguns nomes - Buota Na Mbata, Lamine Cissé, Armando Soares da Gama, Augusto Patchana, Tchambu Mané, Lamine Sanhá, Baba Djassi, Bernardo Correia de Sá e Augusto Mário C6, vulgo (Kapaseti di feru) entre outros.

Além destes, engaiolados na Segunda Esquadra e na Marinha Nacional de guerra estão também os altos oficiais Almame Alan Camará, Ansumba Mané, Samba Djaló, Mussá Djata, "et j'en passe".

O Ministério da Defesa Nacional, no comunicado que emitiu em 24 de Novembro último, sexta-feira, defendia:

"Após 8 meses da tomada de posse do Governo PRS-RGB de Base Alargada, o país ansioso de

"Não queremos Mané morto! Mas ele não quis render"

- Advoga Caetano N'Tchama

mudança prometida, assiste o arranque de um longo processo que, logo na sua fase inicial deixava transparecer dificuldades de várias ordens, onde a dualidade de critérios e de percepção do sentido de Estado se apresenta como o mais gritante.

Males herdados dos sucessivos governos e conturbados pelo produto do conflito de 7 de Junho, no Governo de Unidade Nacional marcado por emendas à Constituição da República, como compromisso político pontual, com figuras da magistratura suprema do país representada por duas entidades - o Presidente da República e o co-Presidente da República - e com um executivo transitório sem compromissos de longo termo para com a nação e sem legitimidade de elaborar um quadro de governação mais profundo.

As eleições democráticas de 2000 permitiram ao povo a possibilidade de escolher uma nova geração de políticos para a governação em clima de plena consciência de responsabilidades (...). As divergências ideológicas existem para marcar a gênese da democracia, e é salutar que existam neste Governo assombrado pela ambição desmedida doutros dirigentes políticos, procurou-se aproveitar as convergências que foram trazidas no Programa do Governo, um documento que traduz o compromisso de trabalhar em conjunto por um objectivo comum.

O PR saído das eleições não é parte dos compromissos constitucionais enxertados, porque, o retorno à constitucionalidade estava marcado para a data de tomada de posse do Presidente da República eleito.

No quadro das FA, o PR é o Comandante Supremo das Forças Armadas, o único e o Ministério da Defesa Nacional, o órgão governamental responsável pelas FA. A Junta Militar extinguiu-se com a tomada de posse do PR e aconselhou-se aos seus membros a respeitarem as leis e a Constituição e a se enquadrarem nas estruturas da instituição militar - o Ministério da Defesa e o Estado-Maior-Generaldas FA.

O desejo de criar forças

armadas republicanas de facto foi sempre impedido por figuras que se acham no direito de substituir o PR (...). Ao promover os oficiais superiores e Gerais a 16 de Novembro, o PR fazia uso do seu poder constitucional coberto de todos os pressupostos legais circunscritos no acto. A acção de descrédito e desrespeito pela constituição e leis vigentes no país perpetrada pelo Brigadeiro Ansumane Mané, exigia uma resposta firme e inequívoca para repor a ordem e garantir a tranquilidade na Guiné-Bissau.

Hoje, queremos garantir ao povo da Guiné-Bissau e à Comunidade Internacional que está criada o clima de acalmia e tranquilidade necessária para o desenvolvimento sócio-económico expresso no programa do Governo PRS-RGB de Base Alargada. Pelo que nos congratulamos com o reconhecimento da Comunidade Internacional na nobre tarefa que fomos forçados a cumprir e contamos com inflexível cooperação necessária para o nosso desenvolvimento. Às nossas Forças Armadas louvamos o esforço e a banegação demonstrada e sentimo-nos estimulados a enovar a nossa determinação em servir a Pátria. Viva a Guiné-Bissau! Viva as Forças Armadas! Viva o Comandante Supremo das FA!!!"

As reacções ao evento inter-militares

Registou-se uma intensa chuva de reacções algumas condenando a ousadia atitude do Brigadeiro Mané, outras apelando as duas partes a empreenderem o diálogo como melhor forma de resolução de todos os problemas.

Por exemplo, no dia 21 de Novembro, a Comissão Permanente da ANP fazia divulgar seu comunicado no qual apelava as chefias militares e o Governo para que se pautassem pela via de diálogo na resolução do desentendimento (já resolvido) e pensava reactivar a Comissão de Boa Vontade. No mesmo dia, reunia-se o Conselho de Ministros extraordinário para analisar a situação vigente. E quando enfim, deliberou, começou por lamentar com

veemência, a atitude do General Ansumane Mané, mas, manifestou a sua total abertura ao diálogo, apelando as FA a continuarem a respeitar escrupulosamente a Constituição e as leis; e lamentava no seu ponto 6) a atitude de alguns partidos políticos que haviam manifestado seu enlevo e apoio aos graves acontecimentos.

O PRS, na sua comunicação do dia 21 de Novembro, dizia-se: "No dia 20 de Novembro, de 2000, numa reunião das chefias militares realizada na Base Aérea, o comandante supremo da extinta Junta Militar, decidiu unilateralmente anular a promoção de oficiais militares feita pelo PR no passado dia 16 e, simultaneamente exonerar os chefe e vice-chefe do EMG das FARP, deliberou a Comissão Política Nacional do PRS o seguinte: Considerar inconstitucional e lamentável a atitude do General Ansumane Mané, exortar ao General Ansumane Mané a privilegiar sempre o diálogo, apelar o General Mané a delinquir a libertação imediata e incondicional dos oficiais detidos neste momento em sus próprias casas, enfim, responsabilizar os partidos que se congratulam com a posição inconstitucional do General Mané pelas futuras consequências do seu acto e apelar a Comunidade Internacional para continuar a prestar apoio ao povo da Guiné-Bissau, seu Governo e o PR.

Nesse dia 21, a crescer o número das reacções re-gistamos também a da Aliança Democrática, cujo Conselho de Coordenação decidira informar, citamos: "Que as promoções recentemente efectuadas pelo Governo, sem prévio e amplos consensos entre todas as partes interessadas na matéria, é manifestamente ilegal à luz das leis da Defesa nacional, porquanto: 1. O Governo, através do ministro da Defesa nacional, falta a verdade quando diz que o PR tem poderes para promover os oficiais superiores das FA", fim da citação.

A RGB na sua reacção do dia 21, como partido do Governo, apelava para o retorno à legalidade constitucional, convidava as



partes a dialogar e apelava a Comunidade Internacional a apoiar o país economicamente. A União para a Mudança congratulava-se com a decisão do Brig. Ansumane Mané de assumir a chefia do Estado-Maior-General das FA, por constituir uma condição de estabilização da situação no seio das FA em prol da facilitação do diálogo entre os homens de farda e os políticos na base de soluções consensuais propícias à paz e estabilidade no país. A União nacional para a Democracia e Prpgresso, apelava também em comunicado datado de 20 de Nov., para a convocação de uma reunião do Conselho de Estado alargado aos líderes políticos e se solidarizava com a intervenção atempada do General Mané por se este uma figura incontornável e de equilíbrio no seio das FA. O PAIGC, por seu turno, responsabilizava pela mesma ocasião o PR e o Governo das consequências que podéssem advir da sua atitude irresponsável e pouco reflectida... apelava os oficiais, sargentos e praças a mais uma vez darem provas de serenidade e de respeito pela Constituição da República...

Convém mencionar que estes comunicados e posicionamentos foram expressos momentos antes de haver a contra-maré-militar que distanciou de forma pouco honrosa o homem que até aqui era muito honrado pelos guineenses. Neste momento, ele já não é o grande e venerado patrão da Base Aérea Nacional. A forma como foi afugentado e o facto de a sua captura não ter sido ainda anunciada, tem mobilizado muita inquietação: as populações continuam a duvidar se a paz e sossego para suas vidas podem ser encontradas em Bissau ou muito longe de cá. O Jornal Nô Pintcha recorda que numa emissão nocturna da RDN, José Zamora Induta garantiu que a grande segurança que alguém pode ter hoje, enquanto Ansumane não fôr detido é Bissau. "Quem vai seguir para uma certa zona das matas ou tabancas sem saber se o fugitivo está lá?!" - zombou Induta nesse dia.

Enfamará Cassamá

Nota da Redacção:

A presente entrevista foi feita no momento antes da exoneração do nosso interlocutor do seu cargo.

A situação energética do país só vai conhecer a resolução final nos meados de 2002, caso a Guiné-Bissau consiga cumprir os requisitos exigidos pelos parceiros do desenvolvimento. Quanto a famosa barragem de Saltinho, neste momento, hipótese tal está posta totalmente de lado, as revelações são do presidente da Alta Autoridade para Energia e Águas da Guiné-Bissau Eng. Filinto Vaz Martins. Outra saída para a crise energética que o país enfrenta, passa pela construção de uma barragem num dos países vizinhos da sub-região cuja linha de alta tensão poderá atravessar toda a Guiné-Bissau.

O Eng. Filinto Vaz Martins que chamou a atenção aos consumidores pelo tipo de electrodomésticos que utilizam, lamenta que o não cumprimento dos compromissos assumidos com a EAGB nunca viabiliza as actividades dessa empresa.

Sr. presidente da Alta Autoridade para Energia e Águas da Guiné-Bissau, aquando da sua tomada de posse prometeu que dentro de alguns meses a situação energética do país iria estar resolvida. Mas parece que o tal objectivo não vai ser alcançado, o que é que vai mal?

Eu prometi desde que as condições estivessem reunidas, mas pelo que se pode ver não estão. Temos tudo pronto, mas estamos limitados do ponto de vista financeiro.

O país é um país pobre. No momento dissera-me que não haveria problemas financeiros, mas depois deparamos com problemas financeiros gravíssimos.

Desde Março que o Governo não tem a possibilidade de pôr nenhum montante a nossa disposição, somente nos fins de Junho é que

Tudo que é controlado pelo Estado nunca dá resultados

- defende ex-presidente da Alta Autoridade para Energia e Água

conseguimos um pequeno crédito da Fundei para iniciarmos as nossas actividades.

Por conseguinte, isto está ligado ao aspecto financeiro que condiciona toda a vida nacional.

E sempre a mesma coisa a Guiné-Bissau actualmente tem quadros técnicos capacitados capazes de levarem avante projectos desta dimensão.

Durante todo este tempo fizemos um estudo praticamente global da rede de distribuição do centro de produção, para serem implementados futuramente, mas o que nos limita fortemente é a situação financeira que o país atravessa.

Um mal que afecta todos os aspectos da vida incluindo o sector energético, se bem que para nós pensamos que o sector energético não constitui uma prioridade, ele está fora das prioridades, é prioridades das prioridades.

Sem resolver o problema do fornecimento de energia as nossas populações a nossa administração pública as empresas, o desenvolvimento não se poderá fazer. Tudo isto é uma questão puramente financeira.

A vista desarmada se vê que nem em Bissau cidade capital, quanto mais no interior foi possível ultrapassar a presente dificuldade energética, porque?

Depois de conseguirmos em finais de Junho o pequeno crédito da FUNDEI, tomamos imediatamente as medidas necessárias que é o de recuperar, pôr a funcionar os único dois grupos, que funcionavam muito mal, pô-los a funcionar em melhores condições. Já estiveram a rodar mais de um mês, o que demonstra que eles foram muito bem recuperados, o que não significa que não tivemos precalços durante alguns tempos, de vez em quando há alguma coisa, é uma coisa velha e temos que estar a recuperá-las.

Neste momento há um terceiro grupo que está a ser recuperado, penso que até a primeira quinzena de Dezembro estará a funcionar. Há também um quarto grupo que vai ser também recuperado provavelmente lá para o princípio do ano vai entrar em funcionamento.

Teremos assim esgotado o conjunto de trabalho de recuperação a nível da central eléctrica em termos de produção, porque o resto dos grupos não tiveram a manutenção necessária, trabalharam durante todo o tempo do conflito e do Governo da Unidade Nacional, sem a necessária manutenção que não seja só troca dos filtros, do óleo, entre outros.

Tudo isso levou a perda irreparável de três grupos na central eléctrica. Isto vai ser colmatado por um acordo existente com o Banco Mundial, Banco Oeste Africano do Desenvolvimento (BOAD) cuja primeira fase deveria já ter iniciado.

Acordo esse ser assinado com BOAD no passado dia 22 do corrente mês, caso o tal venha ser concretizado e as condições que a Guiné-Bissau terá que preencher para poder ter acesso ao desembolso do dinheiro, se o tal se efectivou na data referida, nós estamos a perespectivar que até ao mês de Março do próximo ano, poderemos ter mais quatro grupo a funcionar na central.

Sr. Eng. tem em vista alguma alternativa para ultrapassar toda esta dificuldade, como por exemplo a privatização dos serviços da EAGB?

Está previsto no quadro dos acordos de princípio ainda por definir. Com o Banco Mundial e BOAD, uma reforma institucional geral, que prevê a criação, já feita, de uma sociedade de património, que vai assumir todo o património do estado nos sectores de Electricidade, Água e saneamento.

O referido património será distribuído segundo as solicitações, as sociedades de exploração que são sociedades privadas.

A EAGB vai ser absorvida por uma dessas sociedades de exploração, e será a primeira sociedade de exploração. Está em concurso com um grupo português e um grupo francês e esperamos que antes do fim de ano se decida qual dos grupos vai assumir a criação da primeira sociedade de exploração que vai absorver todos os encargos actuais da EAGB a nível de Bissau.

A nível do interior do país deverá haver outras sociedades de exploração a serem criadas, ten-



ex-Presidente da Alta Autoridade para Energia e Água, Filinto Vaz Martins

tando assim resolver o problema. Porque tudo que é controlado por Estado, nunca dão resultados, e as pessoas ficam encostados a parede do Estado que não despõe de meios.

É necessário realmente que os privados entrem nessa cena e tragam qualidade e aquela motivação que o privado tem de produzir de qualidade e de maior eficiência necessária.

Poderia falar-nos do famoso projecto de Barragem de Saltinho?

O projecto de Barragem de Saltinho é um projecto que foi analisado numa óptica de construção de uma "barragem de acumulação".

Existem dois princípios na análise de um projecto hidroeléctrico: ou se constrói uma barragem de acumulação que é uma obra de engenharia civil de grande custo.

O caso de Saltinho por nós perspectivado, de que o custo actual de Saltinho que foi analisado em 1992, a volta de 80.000.000 USD (dolares americanos), deve estar agora a rondar os 100.000.000 USD, numa óptica de uma barragem de acumulação.

Isto é impossível, e acho que é necessário que os guineenses percam totalmente a ideia de que Saltinho poderá ser resolvido nesta óptica, se não houver outras obras hidroeléctrica a montante do Saltinho, por exemplo na Guiné-Conakri ou então noutra zona da sub-região que possa vir a com-

plementar este trabalho de Saltinho.

Todo este trabalho vai permitir diluir os custos, senão temos a outra hipótese, que é uma obra a "Fio de Água" em que os custos de construção são muito menores, mas que não garantem aquela produção que uma "Barragem de Acomulação", poderia garantir.

Isto tudo para nós é que Saltinho nesta fase está posto de lado totalmente, naquela óptica, e está também posta de lado na Organização de Valorização do Rio Gâmbia (OMVG), que é uma organização de que a Guiné-Bissau faz parte.

Saltinho foi considerado como a última perspectiva possível, portanto jogando um papel menos rentável das quatro realizações hidroeléctricas previstas na nossa sub-região.

Por conseguinte, penso que para os guineenses, terá que haver outra perspectiva que é a interligação entre os diferentes centros de produção.

Se Saltinho nos poderia dar no máximo 20 megawatts de potência instalada. Há centrais na Guiné-Conakri, no Senegal e até no Mali que nos poderia dar centenas de megawatts.

Por isso há que organizar as estruturas destes países para se pôr em marcha rapidamente um conjunto de acções por forma a permitir que a nossa sub-região tenha abastecimento condigna no ponto de vista energético.

No quadro da OMVG que Sr. Eng. falou, será que existe alguma possibilidade de construir uma barragem capaz de produzir energia que possa abastecer a Guiné-Bissau?

Claro que sim. A OMVG já decidiu que a primeira barragem será construída no Senegal e a linha de transmissão de energia vai passar pelo país.

Esta linha vai-nos deixar uma possibilidade por conseguinte de receber uma energia mais barata.

Sem querer polemizar, fale da existência de uma resistência (sabotagem) as suas directrizes para o cumprimento do traçado no voso plano aquando da tomada de posse. É ou não verdade esta afirmação?

Eu penso que ninguém possui a exclusividade da verdade em todos os domínios da vida. E ainda menos no domínio técnico.

Existem várias formas de resolver um problema no domínio técnico, e não vejo estas pessoas e muito menos estar a indicar não sei quem são, para que haja uma sabotagem que prejudique os trabalhos.

Acho que tem que haver uma abertura de diálogo, confrontações de ideias de que sou partidário e através dos quais nascem boas soluções para o país.

Penso que neste caso a forma

de conduzir as coisas como penso, é de um trabalho de equipe e não trabalho de representação de uma pessoa que os americanos designam de "one man show", que quer dizer o teatro feito por uma pessoa.

Aqui trata-se de um trabalho de equipe em que uns complementam os outros e vão-se melhorando este trabalho por forma a que o país possa beneficiar.

Falando das peças que a EAGB mandou reparar no exterior neste momento a serem montados, poderia dizer-nos se será do famoso grupo 7?

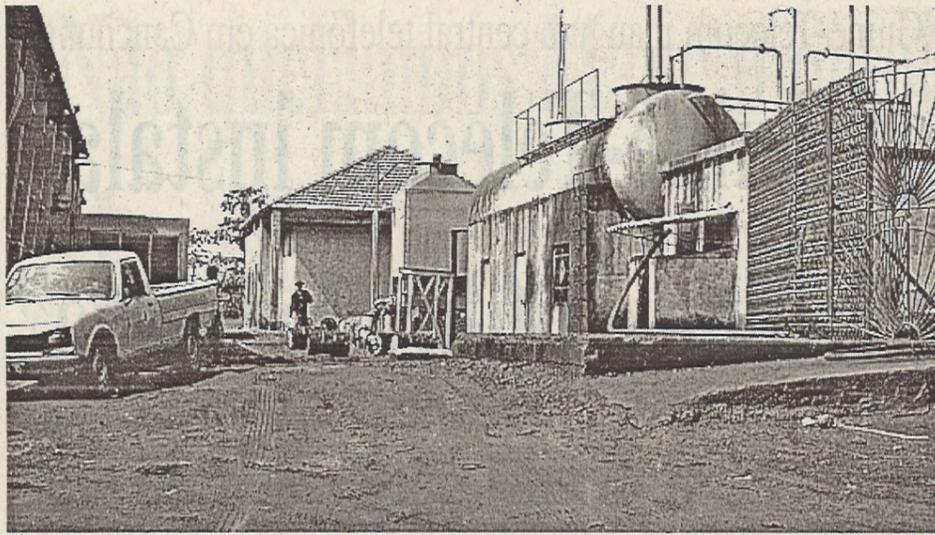
O conjunto de peças neste momento no país, são do grupo 4, o qual perspectivamos a entrada em funcionamento para os princípios do próximo mês de Dezembro. Neste momento os técnicos estão a trabalhar na sua montagem e pensamos que com mais um grupo previsto para chegar ao país, teremos uma capacidade de produção regular.

Mas atenção, não obstante a todos grupos, é necessário que a EAGB tenha a capacidade financeira para pôr cá dentro combustível, óleo lubrificante e pagar um bom salário necessário aos trabalhadores.

Antes do conflito armado, o consumo de Estado representava 28 por cento da produção da EAGB, por vezes o Estado não conseguia cumprir com as suas obrigações em termos de pagamento, mas isso tinha o menor peso naquela altura. Isto porque restavam 72 por centos que pertenciam a os domésticos, comerciantes e aos privados em geral.

Actualmente a situação está invertida, como há pouca produção, o Estado absorve 72 por centos e como o Estado continua como dantes a não ter os meios de pagamento, a EAGB está sendo gradualmente penalizada por falta de meios financeiros para adquirir no mercado local o combustível necessário, os óleos lubrificantes e até mesmo pagar o seu pessoal.

Com isto enquanto não formos capazes de injectar, de ter uma capacidade de produção que abasteça de novo todo o privado que representa a grande parte de produção e que o Estado venha de novo a falhar com os seus compromissos com pontualidade



Vista parcial da central eléctrica de Bissau

necessária, isto terá menos repercussões.

Nós temos que criar uma capacidade de produção e foi isto que disse que lá para o meio do mês de Março ou Abril, vamos ter uma capacidade a volta de dez megawats, o que vai nos permitir garantir uma boa parte dos privados que normalmente pagam digamos normalmente, porque há alguns que não pagam, e isto permitir a EAGB cumprir minimamente as suas obrigações.

A Guiné-Bissau vende a energia mais cara a nível da sub-região.

E qual é a potência energética consumida a nível da cidade de Bissau?

Bissau actualmente está a precisar de qualquer coisa como 12 megawats para que não haja cortes nos ditos períodos quentes.

Nos períodos frios vai até nove megawats. Vamos em trar num período fresco agora em que se tivéssemos agora menos de nove megawats, seria mais que suficiente para darmos energia 24 horas dia a toda a gente.

Podemos com isto dizer que lá para os meses de Março/Abril, a cidade de Bissau vai deixar de registar apagões?

Espero que sim, há muita coisa que se está a montar, mas também há prjuízos de guerra. Há um balanço dos antigos e novo consumidores, há mais solicitações agora no ponto de vista energético.

Há muitas empresas, mesmo os privados que abandonaram a EAGB a um dado momento, mas dada evolução de preços do combustível no mercado internacional que afecta também o nosso país, estes privados estão a voltar e é bem possível que nessa altura aquilo que tínhamos previstos de 10 megawats não venha a ser suficiente para que não haja pontualmente alguns cortes, claro que isto sera feito de uma forma mais racionalmente possível, para não prejudicar o bom funcionamento das instituições e os privados.

Sr. Eng. não acha os custos de facturação energético na Guiné-Bissau de bastante alto em relação aos países vizinhos?

O custo energético é realmente elevado, em relação aos países vizinhos, dado aos meios de produção que a EAGB tem actualmente. Nós produzimos a base de um combustível carro que é o gásóleo e temos ainda máquinas pequenas com um rendimento mais baixo que as grandes máquinas.

Mas está previsto dentro um ano ou um ano e meio, aquisição no quadro (se todas estas reformas forem avantes, porque já ouve falar af numa declaração de que o anco Mundial já doou ao país 25 milhões de dolares americanos, tal afirmação está errado.

Há sim uma promessa que só se vai concretizar, depois de determinadas condições preenchidas e do Conselho de Administração do Banco Mundial se reunir, e está reunião se faz trimestralmente.

A próxima reunião vai ter lugar no dia 26 de Dezembro, de certeza que o caso da Guiné-Bissau não poderá ser tratado nesse momento então se não fôr, será três meses depois e eventualmente o Banco Mundial vai tomar uma decisão favorável.

E por conseguinte, tendo que se disser nesta fase em termos de aquisição e até ouvi dizer que grupos no quadro dos financiamentos do BOAD que nem sequer ainda foi assinado e possivelmente lá para o dia 22 do corrente mês, e se a Guiné-Bissau preencher as condições requeridas, até já ouvi também que os novos grupos já se encontram na central eléctrica tudo isto me faz grande confusão).

Quero com isto dizer que se isto tudo acontecer durante este Governo, se formos avante com o Banco Mundial e o BOAD, vamos ter dois a três grupos de grande potência. São grupos que vão funcionar com combustível bastante pesado e mais baratos e são grupos que têm rendimentos muito superior a estes pequenos e existentes na Central e com os quais só temos a ganhar duas vezes no consumo e na utilização de energia mais barato.

Isto vai permitir-nos chegar igualar a venda de energia a nível da sub-região. Guiné-Bissau é um dos países que realmente vende energia mais caro.

Qual é apelo que gostaria de deixar para os clientes e massa consumidora em geral?

O apelo mais importante que

eu gostaria de deixar aos nossos consumidores, sobretudo porque é esta classe que nos diz respeito, é a análise muito sério dos seus consumos.

Apelar ao consumidores pelo grande problema de consumo. As pessoas as vezes consomem sem darem conta de que estão a ultrapassar os seus meios.

A electricidade é uma coisa invisível, as pessoas ligam o ferro de gomar, ligam as lâmpadas, vão ao mercado de Bandim ou noutra sítio, compram uma lâmpeda encandescente, não querem saber se é de 40, 60, ou 100 wots.

Compram ou custam 500 francos cfa e instalam em casa, no fim do mês surgem-lhes uma desagradável surpresa de verem que as suas facturas subiram para o dobro, e começam a dizer que é o seu contador é que não está a funcionar devidamente.

É importante que o guineense a partir de agora quando faz a aquisição de qualquer electrodoméstico ou máquina que consome a electricidade, que tenha não só a preocupação com essa máquina, sse aparelho realize o que ele espera dele. Em termos de apresentação, e do trabalho realizado e do seu custo, mas também do que esta máquina consome em termos de energia eléctrica, isto é de extrema importância.

Somos um país pobre e a nossa índice de probreza é medido actualmente através do consumo energético e temos que analisar muito seriamente esta questão e limitar o nosso consumo energético para estarmos em consonância com o nosso consumo.

Só nesta ligação do nosso consumo com a nossa capacidade de pagamento, as cobranças vão-se fazer de uma forma muito difícil, e não há empresa e não há uma sociedade privada que venha aqui instalar, não há sociedade de exploração que venha aqui instalar e que ao defrontar-se com dificuldade, e que nos diga muito bem meus senhores, muito obrigado, vamos embora, porque não conseguimos cobrar o que produzimos, e oferecemos aos nossos clientes.

Por conseguinte, isto é muito importante que as pessoas se provisionem de uma forma contínua o seu consumo e faça a limitação em função da sua capacidade de paga-

Meretíssimo Juíz de Direito da Vara Cível do Tribunal Regional de Bissau

Notificação Avulsa

MALAM NANCÓ, comerciante residente no Bairro de Cuntum, Bissau, vem nos termos do artº 261º do C.P.C. requerer a Notificação Avulsa do Banco Internacional da Guiné-Bissau, com sede em Bissau na Av. Amílcar Cabral, através do seu representante legal, nos termos seguintes:

- Que pela presente notificação se revoga nos termos do dispostos nos nsº 2 e 3 artº 265º do C. Civil, a procuração passada, em 10/04/00, ao Banco Internacional da Guiné-Bissau, conferindo a este Bano poderes para vender os imóveis inscritos em seu nome na Conservatória do Registo Predial e Comercial e Propriedade de Automóveis, ficar com o produto da venda para liquidar a dívida, incluindo juros, em caso de não cumprimento.

- Que a revogação da referida procuração tem como fundamento o facto de o BIGB ter

já tentado, via judicial, a cobrança da mesma dívida, que serviu de base a este contrato, contra as instruções do Requerente, e por violação do princípio da Boa-Fé, facto este contrário aos interesses do Requerente no prosseguimento da relação jurídica em causa;

Nestes termos, e nos mais direitos require-se a Notificação do BIGB da revogação da aludida procuração, como requerida supra, devendo o Notificado abster-se de praticar quaisquer actosa que aquela procuração se refere, entregando-se-lhe o respectivo duplicado.

Junta: Procuração e 2 duplicados

O Advogado

Dr. Humiliano Alves Cárdozo

Escrt.: Edf. Titina -Supermercado

A cidade de Canchungo tem desde o passado dia 22 do corrente a porta aberta para o mundo exterior. Trata-se da inauguração da Central Telefónica Digital recentemente reabilitada pela empresa gestora das telecomunicações, a Guiné-Telecom.

Residida pelo Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, Fernando Jorge Vaz, que na altura, num breve improviso, perante um número significativo da populares salientou a sua satisfação por mais esta iniciativa que vai permitir os cidadãos de Canchungo comunicar com os seus, como se sabe são um povo migratório, onde o maior número se encontra em França.

Para o titular da pasta dos Transportes e Comunicações, a reabilitação de qualquer obra implica di-nheiro, situação com que o Governo tem deparado com dificuldades.

Conforme Fernando Vaz, inicialmente a realização destas obras tinham sido avaliadas por uma empresa portuguesa em 300 milhões de francos cfa, mas graças a boa vontade dos técnicos nacionais foi executado por

Guiné-Telecom inaugura central telefónica em Canchungo

“Guiné-Telecom instala telefone o utilizador paga”

apenas 15 milhões de francos cfa, tendo para isso realçado o valor dos referidos técnicos.

A convicção de que o próximo passo nessa iniciativa de reabilitação será a central de Cacheu ainda antes do fim do corrente mês e posteriormente nos princípios de Dezembro, deverá ser a vez de S. Domingos, Ingoré e Bedanda, fez questão de destacar.

A terminar este governante apelou a todos os utentes de telefones a cumprirem com seus deveres, que é de pagarem as suas contas, caso contrário podem um dia não ter telefone em Canchungo.

Por sua vez o Adjunto do Administrador Delegado da Guiné-Telecom, disse que as telecomunicações ocupam uma posição cimeira no desenvolvimento dos países e da sociedade, pois ela é a garante da condição de sociabilidade, de comuni-

cação assim como a afirmação da inserção do país no mundo moderno.

Falando da actual situação do país após o conflito político-militar de 7 de Junho de 1998, o Eng. Alfredo António Gomes, disse que a sua empresa não foge a regra do que passou com outras instituições no país, tendo enaltecido a boa vontade dos seus técnicos e gestores nacionais que permitiu recuperar grande parte das suas infraestruturas, entre os quais as magníficas de Brá, situada na zona de alto risco durante o conflito militar, devido as minas ali colocadas. A situação dos credores da empresa, um dos males que tem prejudicado grandemente a empresa foi referido, tendo afirmado que antes do conflito político-militar a Guiné-Telecom sofria semanalmente um prejuízo só em ilicitude nos Postos Públicos de mais 70 mil-

hões de francos cfa, o que representa uma soma bastante elevada nos seu orçamento.

Não obstante a todo esse desaire, a presença da empresa na cidade de Canchungo demonstra a expressão da vontade e dedicação da empresa numa aposta de firmeza no mérito e capacidade técnica dos seus quadros que em três meses conseguiram reabilitar a Central telefónica desta cidade e de que amanhã será a vez de outra localidade. Quem também falou na cerimónia inaugural, foi o deputado Mário Mendes, eleito pelo círculo de Canchungo, que chamou para os representantes eleitos do povo a responsabilidade pela execução destas obras através de uma carta que fizeram a Guiné-Telecom, sem contudo deixar de reconhecer a prontidão dos responsáveis da empresa que assim permitiram a mate-rializa-

ção dos seus anseios. Para o deputado do PAIGC, aqui não conta a côr partidária, mas sim a a satisfação das necessidades dos populares que os escolheram como seus porta-vozes.

O administrador de Canchungo, ao fazer uso da palavra no acto disse que a reabilitação telefónica de Canchungo representa um passo importante, e que cabe aos habitantes desta vila velar pela sua segurança uma vez que os amigos das coisas alheias procuram sempre destruir aquilo que é de bom para os populares.

Situada nas antigas instalações dos Correios de Canchungo, a nova Central Telefónica Digital com capacidade para 384 assinantes nesta primeira fase, conta ainda sómente com 184, vem substituir a central manual instalada desde 1978. Conforme uma fonte da equipa técnica que esteve a realizar as obras de Canchungo, a nova central telefónica pode ser ainda ampliada para 2084 linhas e foi retirada da cidade de Gabú onde o número de assinantes já era superior a sua capacidade.

Com esta nova central existem condições para se ter acesso a linha internacional directa tudo digitalizado assim como a comutação de linhas.

Texto: Simão Abina
Fotos: Pedro Fernandes

Escolas públicas sempre fechadas

Falta de pagamento de salário do mês de Setembro do ano em curso nas algumas regiões nomeadamente Bolama, Tombali, Cacheu, e Oio, doação do subsídio de arroz para os docentes, levará os mesmos a ferias prolongadas, defende o recém-eleito.

Numa entrevista exclusiva a Nô pintcha Vença Mendes, disse que o objectivo de ferias prolongada dos professores não é o facto de não pagamento de salário e doação do subsídio, mas sim efectivação dos contratados, novos ingressos e reequipamento das salas de aulas apesar deste último é a questão interna do Ministério, afirmou.

“Já pedimos uma audiência para com Primeiro Ministro e a participação do Ministro da Educação e

das Finanças num momento breve para que possamos explicar o chefe do executivo sobre o inviabilização do início das aulas para o ano lectivo 2000/01 pelo Sinaprof, venceu Mendes.

Segundo Vença Mendes, apesar de que a classe docente é a mais penalizada em todas as classes elaboradas do país, mas contém grande importância para o desenvolvimento do país e do mundo, como no processo de globalização e mundialização, disse Vença.

Por último Vença Mendes apelou a todos professores e associados no sentido de continuarem ainda nas férias prolongadas, até quando se anuncia o início das aulas pelo SINAPROF. Assim que houver mínimas condições para tal, e fez recordar para que os professores não aceitem qualquer Director que quer promover a sua imagem como bom Director em instigarem a darem aulas.

Para alguns alunos o governo é o responsável pelo o atraso no início

das aulas, e para outros a matrícula do curso nocturno deve ser a prioridade do ministério da Educação e não abertura das aulas.

Segundo Caramo Mané, aluno de 8ª classe que não conseguiu ainda a matrícula, disse que as direcções das escolas nacionais são corruptas, porque fazem as matrículas de forma que quizerem dando prioridades as suas namoradas, pensando que é propriedade ardeira.

Para Sandra Dos Reis, aluna de 10ª classe também do curso noc-

turno, disse que estudar é o direito de cada estudante, mas cá na Guiné isso não se aconteça disseram de que matrículas já acabou, mas sabemos muito bem de que se faz matrículas secretas para filhos dos amigos e namoradas como nós não somos ficariamos na “zero” como dizem os cantores, rematou Dos Reis. Por último disse que alguns fizeram escola como local de encontro namorais ou paraíso do amor, concluiu Sandra.

Seco Baldé vieira

Anúncio

Conservatório do Registo Civil

Drª Maria Quessangue Mendes Viegas, Conservadora do Registo Civil da República da Guiné-Bissau.

Nos termos de alínea b) do nº 1 do artigos 368º do Código do Registo Civil, faço saber que Careco Braima Seidy, solteiro maior de trinta e seis anos, natural de Binar, Sector de Bissorã, Região de Oio e residente em Bissau, filho de Seco Braima Seidy e de Cadi Cassamá, requereu a alteração de composição de nome fixado no seu assento de nascimento para **Braima Seidy**.

São por isso convidados todos os interessados insertos a deduzirem a oposição que tiverem no prazo de trinta dias a contar da última Publicação deste anúncio no Jornal “Nô Pintcha”.

Conservatória do registo Civil de Bissau, aos 30 dias do mês de Novembro do ano dois mil.

Anúncio

CARTORIO NOTARIAL CERTIDÃO

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de treze de mês de Novembro do ano dois mil, lavrada neste cartório e exarada de folhas um verso à dois verso, no livro de notas para escrituras diversas, designada por letra U traço série I, foi celebrada uma escritura de “**HABILITAÇÃO DE HERDEIRO**”, por óbito de **AFONSO CORREIA**, de trinta e oito anos de idade, natural que era de Calequise, sector do mesmo nome, Região de Cacheu domiciliado em Portugal, faleceu aos dezanove dias do mês de julho do ano dois mil e o seu cadáver foi sepultado no cemitério de Calequise, era filho de de **António Correia**, já falecido e de **Malem Mendes**.

Mais certifico que na operada escritura, foi declarado como herdeiro do dito falecido a saber: **Daniel Correia**, natural de Barambe, Calequise, solteiro, maior de vinte anos de idade residente em Bissau.

=Está Conforme=

Cartório Notarial em Bissau, 17 de Novembro do ano dois mil.

□ Adulai Djaló

A onda de delinquências juvenis que hoje mancha a Guiné-Bissau, gira, com maior ou menor grau, em todas as regiões, embora de forma particular em Gabú, devido às situações que referimos acima.

Certas fontes dessa cidade afirmam que a delinquência juvenil sobretudo o consumo de droga, yamba e outras mais duras, bem como a prostituição envolvendo as camadas mais jovens, estão ganhando proporções alarmantes à ponto de competir agora com Bissau. Isto à passos largos. E, se não forem tomadas as devidas medidas para o seu combate, dentro de pouco tempo o resultado entre as duas cidades será igual.

História da droga em Gabú

Falando da penetração da droga na Região de Gabú, o director regional de Serviços de Informação de Estado (SIE), Serafim Embaló, confirmou ao repórter da REJACA que a capital regional tem um nível de consumo muito elevado desse produto, e não escondeu os fracos recursos de combate que tem a sua direcção. "Temos a falta de quadros qualificados que possam profissionalmente impedir a importação, venda, consumo ou a passagem desse nefasto produto pela Região".

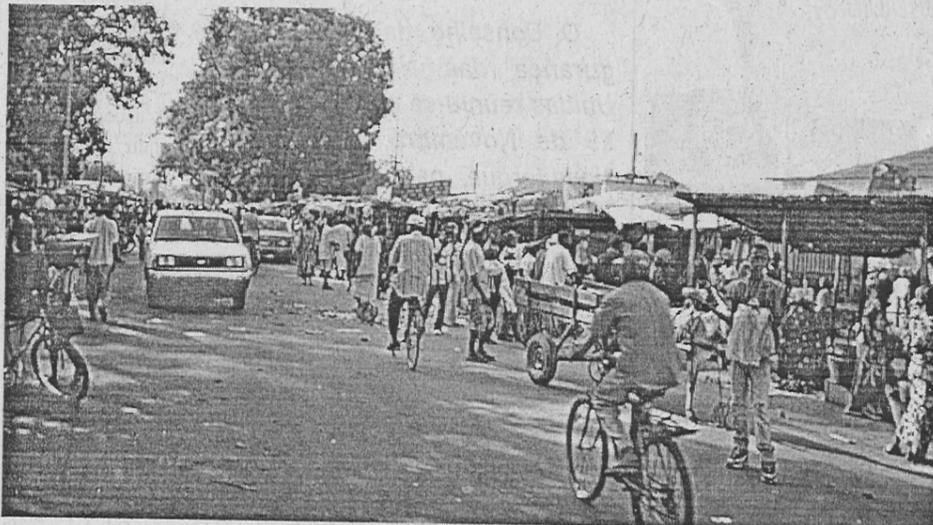
Segundo Embaló, nos dias que correm, o consumo de droga não se resume apenas à cidade de Gabú. É também prática corrente nas pequenas comunidades aldeãs. Provas, "recentemente as autoridades deteram um indivíduo que consumia yamba numa aldeia da secção de Mafanco. Além disso, recebemos de Boé informações dignas de fé, de que existem também nessas paragens alguns jovens com esse vício, o mesmo sucedendo também em Pitche, Pirada e Sonaco", sublinhou esse agente do SIE de Gabú.

Portanto, continuou, em todos esses sectores e até nas aldeias mais pequenas, o consumo de drogas é uma realidade no seio dos jovens. Acontecendo isso, as possibilidades de controlo e seguimento não existem, dado que o SIE carece de mais agentes e meios para essas zonas populacionais.

"Precisamente, se existe uma certa vulnerabilidade, é devido ao facto de as nossas fronteiras faltar um bom sistema de controlo no sentido de impedir a entrada de produtos

Droga e prostituição juvenil na Guiné Gabú anda à ritmo acelerado

Gabú é a capital da região do mesmo nome. Situada no leste da Guiné, essa região tem 150 mil habitantes, subdivididos em cinco sectores que somam mais de 300 aldeias povoadas maioritariamente por fulas, faz fronteiras com a Guiné-Conacri e o Senegal. É esta sua posição geográfica que faz de Gabú um pólo de atracção de pessoas das diferentes origens, tendências ou culturas. Actualmente, a cidade de Gabú é o segundo maior centro comercial do país, depois de Bissau, e ali se vende um pouco de tudo e mais alguma coisa.



Vista parcial do mercado de Gabú

nefastos à saúde humana, embora pesar muito a ausência de formações sólidas e alargadas dos nossos agentes de segurança pública e fronteiriça no domínio de combate à droga, ou seja a maioria de pessoal afecto a esse serviço não pode desvendar o yamba ou outras drogas duras por desconhecê-los. Estas e outras estão entre as razões do grande fluxo de migração, tráfico e consumo", apontou o director regional do SIE de Gabú.

Por isso, acrescentou Serafim Embaló, o consumo de droga nesta cidade é tal à ponto de escapar ao controlo das autoridades policiais. O que não deixa de constituir motivo de muita inquietação tanto para as populações, a polícia e para as autoridades da Região em geral, sobretudo do seu governador.

Origem e as rotas de tráfico

O yamba que é vendido no meio juvenil e no de outras camadas sociais da Região provem das vizinhas repúblicas do Senegal e da Guiné-Conacri, onde os traficantes, na sua maioria estrangeiros, utilizam caminhos clandestinos com a ajuda de alguns elementos da população da zona fronteiriça que mais

conhecem o terreno.

Por outro lado, independentemente da vulnerabilidade das nossas fronteiras, a droga entra com uma certa afluência e facilidade em Gabú, utilizando como trampolim os predilectos "lomos" (feiras populares) que se fazem semanalmente nesta e noutra margem da fronteira comum, onde são expostos todos tipos de mercadorias. Além de isso, o director regional de SIE afirmou ter recebido recentemente informações que ainda não confirmou a dizer que os guardas-fronteiras da vizinha Guiné-Conacri adoptaram a política de "não impedir a circulação do yamba na fronteira", desde que o produto não esteja destinado ao consumo no seu país. Em tais casos, eles se limitam a exigir aos traficantes o pagamento de um "soco de baixo" (uma certa taxa ilícita e oportunista) que não entra nos confres do Estado.

Serafim Embaló garantiu que, se vier confirmar essa atitude por parte dos agentes conacri-guineenses, irá pedir um encontro com os mesmos por forma a mudarem de atitude e a delinearem planos de conjuntas no processo de combate à droga, aproveitando o relançamento de cooperação entre os dois países que havia sido

interrompida devido o conflito político-militar de 98.

Clientes de droga

"Eu fumei yamba durante cinco anos e hoje graças à Deus, com ajuda de familiares, em especial, da minha mãe, já perdi esse vício há um ano", declarou, um jovem de vinte anos de idade residente em Gabú, que pediu anonimato. Segundo esse jovem, o grosso dos utentes desse produto naquela cidade são jovens de idades compreendidas entre 14 e 25 anos, sem uma formação nem emprego.

"Além destes, participam também no convívio alguns jovens soldados do batalhão de Gabú, que são bons consumidores do yamba", disse a nossa fonte. Aliás, a informação que nos deu foi confirmada pelo director regional de SIE, Serafim Embaló. Este justificou o caso assim: "Na verdade, o conflito político militar de 7 de Junho arrastou para o Exército e forças para-militares um conjunto de pessoas com vícios que não podem perder à médio prazo".

Em operações de rusgas e caça à mal feitos, adiantou Embaló, os meus agentes deteram alguns militares que foram

posteriormente entregues ao comando do batalhão militar que havia por sua vez também detido, dentro do quartel, alguns soldados a consumirem a droga. E não é um caso singular, são casos, casos e mais casos.

O chefe do SIE achou que se deve fazer à nível desses soldados um exame cuidadoso, ponderado e muito paulatino, que permita seleccionar os bons dos piores viciados.

Quanto à aventura de raparigas no vício da droga, informações não oficiais dão conta do envolvimento das mesmas no tráfico e consumo de yamba, embora o responsável dos SIE não o confirmar e nem negou. Para Serafim Embaló, a sua direcção não registou nenhum caso de rapariga ligada à droga. "No seio da camada feminina mais jovem de Gabú, o problema mais frequente tem a ver com agressões recíprocas e cenas de insultos entre elas", disse.

Zonas de grande risco em Gabú

Sabendo os viciados de yamba que o produto que usam é proibido publicamente, eles arranjam para si certas zonas de discreção, onde tudo pode acontecer sem o conhecimento dos polícias. Há por exemplo, o bairros de Lei-Balla (zona descaída sobre a bolanha), Engenharia (mais ou menos), Nema (depois das alfândegas) e no cemitério.

Mas, pelo facto de as autoridades policiais não disporem de meios de combate à droga, "o produto é às vezes consumido na via pública das duas horas de madrugada, embora de vez em quando programamos operações nocturnas que acabam por não se surtir efeitos, porque são denunciadas antecipadamente". Segundo Serafim Embaló, a população tem colaborado no processo.

Prostituição juvenil em Gabú

O consumo de droga e prostituição juvenil são duas práticas se desenvolvem paralelamente na cidade Gabú. Na prostituição estão absortas raparigas de menores idades - até 14 anos - e existe um mercado nessa cidade, tendo em conta a sua situação geográfica, isto é, em autêntico **carrefour**, onde até as últimas horas da noite entram viaturas trazendo mercadorias e pessoas em trânsito que, como é óbvio, necessitam de sítios para dormir e coisas que proporcionam delícia.

Dia Mundial luta contra a SIDA

Falemos abertamente do SIDA



A humanidade assinalou na sexta-feira, 1º de Dezembro, o Dia Mundial de luta contra a SIDA. Ficou sabido que esta doença constitui quicá uma das maiores preocupações da humanidade, com a ciência médica a braço com a busca da sua cura. Ela constitui hoje em dia o inimigo número um a combater pela ciência, constituindo até aqui uma doença mortal.

No continente africano a sul de Sahara é considerado conjuntamente com a malária, a diarreia e as infecções respiratórias, a tuberculose, o sarampo, a febre amarela e muito recentemente o ébola, as causas primárias da mortalidade. Estima-se em mais de um milhão de pessoas que morrem anualmente por efeitos devastadores da SIDA.

Em África, um outro inimigo faz com que seja o continente mais vulnerável a todos os males que a humanidade enfrenta, trata-se da fome que origina a má nutrição devido a própria pobreza crónica a que estamos votados, cuja origem se pode apontar aos mais variados conflitos que o continente conhece, além de catástrofes naturais.

Na Guiné-Bissau estima-se em 10 por cento o índice de infectados pelo vírus VIH, enquanto cinco por cento das parturientas são vítimas do vírus VIH 1.

Porém, o mais curioso e preocupante, é que actualmente verifica-se uma tendência de inversão em termos da evolução dos dois tipos de vírus no país. De acordo com os dados epidemiológicos disponíveis, enquanto a propagação do vírus VIH2 parece relativamente estável, o VIH1 tem progredido com uma rapidez espantosa.

Se até ao ano de 1995 a percentagem nacional era mais ou menos de 0,5 a 1 por cento, actualmente ela é de mais ou menos 3,5 por cento. Isto apenas em termos estimativos, porquanto se julga que os dados podem superar estes números já que, as carências que o sector da saúde depara, não possibilitam de momento estudos epidemiológicos mais consistentes por forma ao controle e seguimento da evolução da seroprevalência a nível do país.

Contudo, nesta batalha o país, além de não estar de braços cruzados, conta com o apoio da OMS e de outros parceiros quer seja individual quer seja através de grupos temáticos da ONUSIDA.

Para a celebração deste evento, a OMS em colaboração com o Ministério da Saúde, através do Programa Nacional de Luta contra SIDA tem vindo a desenvolver uma série de actividades de informação e sensibilização do público em particular da camada jovem, que culminará com a cerimónia que marca a passagem do evento no Centro de Estudos Brasileiros.

Combate ao SIDA é responsabilidade de cada um de nós por isso, devemos unir esforços para salvar a nova geração.

Secretaria executiva da CPLP Guiné-Bissau tem capacidades para

desenvolvimento sustentado

O Conselho da Segurança das Nações Unidas reuniu-se no dia 29 de Novembro, em Nova Iorque, para analisar a situação sócio-política da Guiné-Bissau, país que ficou devastado pelo levantamento militar de 7 de Junho e, sensibilizar o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional sobre a perdão da dívida externa da Guiné-Bissau, avaliada em mais de 235 milhões de dólares norte-americanos.

O Conselho Central desta Organização apela aos membros da extinta Junta Militar a se subordinarem completamente às instituições civis e a se retirarem da cena política guineense.

No mesmo documento, o Conselho da Segurança mani-

festou apoio ao Governo democraticamente eleito, alertando para o facto de o clima de instabilidade afectar a consolidação da paz e diminuir o empenho dos doadores na reconstrução do país.

Na reunião esteve presente a apresentação da Guiné-Bissau o vice-Primeiro Ministro, Faustino Imbali que no final falava para a rádio das Nações Unidas, afirmando que se pode estar numa fase importante do relançamento do país, sem os militares influenciarem decisões políticas.

Para Faustino Imbali "esta sessão é de suma importância para o país, sobretudo neste contexto em que estamos a viver. Digo isso, porque os últimos acontecimentos deram à Guiné-Bissau a total credibilidade de que tudo está no bom caminho para o arranque do seu desenvolvimento. Isto porque sabemos que há um grupo de militares que sempre se interferiram no poder constitucional. O que dificultou muito a acção do Governo e do próprio Presidente da República eleito democrati-

camente".

Esta foi também a primeira intervenção oficial da CPLP junto do Conselho de Segurança da ONU, na pessoa da sua Secretária Executiva, Dulce Pereira, que na ocasião incentivou a Comunidade Internacional a investir e a engajar-se no desenvolvimento do processo democrático da Guiné-Bissau.

Dulce Pereira evocou o estado actual da Guiné-Bissau e a extrema pobreza das suas populações. Achou que a Guiné, apesar de tudo, poderá vir a ser autosuficiente. Além de mais, é um país com grandes capacidades para um desenvolvimento sustentado. Por outro lado, e é a grande esperança dos CPLP, a necessidade de haver investimentos por parte da Comunidade Internacional e o engajamento quanto a consolidação do processo democrático na Guiné-Bissau.

Neste encontro tomaram parte representantes do BM e do FMI, além de outras organizações interessadas de ver a negociar o perdão da dívida da Guiné-Bissau.

PAM GUINÉ -BISSAU

Comunicado

A representação do Programa Alimentar Mundial na Guiné-Bissau (PAM) tem a honra de informar que a senhora VITÓRIA GINJA apresentou à Sua Excelência o senhor Iaiá Djaló, Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades, hoje, dia 22 de Novembro de 2000, as Cartas que a acreditam como Representante do PAM junto à República da Guiné-Bissau

Ele tem 17 anos de idade. Nasceu em Bissau e responde pelo nome de Gido ul Catri. É filho do mauritaniano Hadi Ul Catri e da cidadã guineense Fatumata Baldé.

Concluiu a décima-primeira classe no liceu "Dr. Agostinho Neto".

"Vou estudar para ser engenheiro arquitecto"



Gido Ul Catri

Este jovem adulto que mora com os pais no bairro de Luanda, é desenhador de talento. O que lhe permitiu terminar já a obra de dois livros da banda desenhada nos quais trata os diferentes aspectos da cultura e dia-à-dia dos guineenses em língua crioula.

Intitulou o seu primeiro livro "Jovens-Ladrões". Nesta obra de treze páginas, Gido Ul Catri fala de um grupo de três jovens que abandonaram a escola optando pela vida dura da rua furtando tudo o que suas mãos pode agarrar e levar. O mais forte do grupo, Djon Pedro, apesar dos conselhos da mãe para enveredar a via da escola e o seu tio ser agente da polícia, não deu ouvido a nada. Um dia, ele



encontra uma mulher a quem extirpa a jóia de ouro da garganta. Ele consegue fugir mas, a polícia persegue-o. Ao cercarem-no dias mais tarde, Pedro Djon tira o seu punhal e avança



contra os dois agentes perseguidores. Eis o início de um combate em que o punhal e matracas se confundem.

O segundo livro é intitulado "Pobre e Seu Cálculo". Os

principais personagens são o pobre Raul e um Rei. Raul é pescador e detentor de alguns animais. O Rei é rico, não tem animais e precisa de um suíno para realizar uma cerimónia. Ele

visita o pobre Raul, e este acha ter chegado o momento de montar uma artimanha para se enriquecer. Gido Ul Catri realiza também desenhos de casas e edifícios. A este respeito e em honra ao seu dom natural, "imagino ser, um dia, um engenheiro arquitecto", disse Ul Catri. "No primeiro livro, tentei mostrar que os jovens são abandonados ao que o azar lhes der. Eu gostava de ser um bom quadro para este país, talvez assim, eu possa ser como Amílcar Cabral. Acredito que se tivesse apoio não me esqueceria das crianças e jovens guineenses", advogou ele.

Enfa Cassamá

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL SECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA E TURISMO

= COMUNICADO =

Dando sequência as acções encetadas pelo Governo com vista a implementação de reformas no sector empresarial do Estado, conducentes ao desengajamento deste das Empresas de capitais públicas e mistas, a Secretaria de Estado da Indústria e Turismo, vem por intermédio desta, informar aos Gabinetes Nacionais de Estudos e Consultadoria que lança um **concurso público aberto para recrutamento de Gabinetes especializados para a realização de estudo de avaliação técnico-ecoómico** das empresas agendadas para privatização ou liquidação.

1. O referido estudo será financiado pelo Banco Mundial no quadro do fundo disponibilizado pela IDA para a preparação do projecto de Desenvolvimento do sector privado.

Lote A	Lote B	Lote C
- Cerâmica de Bafatá	- Socotram	- Complexo de Varela
- Guimetal	- Estância B . Bubaque	- Guinave
- Socotram (Maca)	- Fabrica Titina Sila Bolama	- Complexo de Maio

3. Os termos de referência, bem como o Appel d'Offre podem ser adquiridos na Unidade de Coordenação do projecto de desenvolvimento do sector privado (pelo endereço abaixo indicado), mediante a apresentação do recibo no valor de XOF 5.000,00 passado pela Secretaria de Estado da Indústria e Turismo.

Unidade de Coordenação do Projecto de Desenvolvimento do Sector Privado Rua Justino Lopes nº 74/A
Ex-prédio do PNUD/CRE-SAB

4. As propostas técnicas e financeiras devem ser depositadas até ao dia 30 de Novembro de 2000 pelas 12h00min. na referida Unidade.

5. Os Gabinetes interessados podem concorrer a lotes separados ou a todos os lotes.

6. Os gabinetes devem estar legalmente constituídos e com situação regularizada face a Direcção Geral das Contribuições e Impostos do Ministério das Finanças (Alvará e Certidão de Quitação da DGCI são exigidos).

7. Só podem concorrer Gabinetes com 3 (três) anos de experiências mínima em matérias desta natureza.

NÔ PINTCHA

FUNDADO EM 1975

Director: Enlamará Cassamá

ANO XXIII - N.º 1635

Semanário de Informação Geral

Av. do Brasil - CP 154 - Telef. 21 37 13 / 21 37 28 - Bissau

Alpha Konaré em Bissau

O presidente maliano, Alpha Umar Konaré, chegou à Bissau terça-feira para uma visita amistosa. Alpha Konaré que preside igualmente a CEDEAO e UMOA, veio ao país exprimir a solidariedade do povo maliano e da Comunidade da Cedeao em geral para com o povo guineense, pela reposição da legalidade constitucional.

As figuras políticas detidas no âmbito dos eventos que marcaram a situação político-militar dos últimos dias, por alegada participação ou apoio ao golpe do Estado, já se encontram fora das celas da Segunda Esquadra.

A ministra da Justiça quem o revelou em conferência de imprensa decorrida ontem no palácio da Justiça, avançou que esses detidos começaram a ser ouvidos por delegados do Ministério Público.

Antonieta Rosa Gomes indicou que foi a partir da recente visita relâmpago que efectuou às celas do único e maior centro prisional do país é que tomou a decisão de remeter os reclusos ao MP como entidade exclusiva e detentora da acção penal. Visou isto permitir a que todos eles possam ser ouvidos um após-outro, pelos delegados do MP, mas, na presença dos seus advoga-

dos de defesa.

"A lei deve ser aplicada e o seu cumprimento é uma necessidade em Estado de direito, porque sem a justiça é impensável criar condições que regulamentem o exercício do direito de cada um".

Rosa Gomes disse ainda que todos os detidos da presente rebelião militar que não tiverem a possibilidade de pagarem a sua própria defesa, serão conferidos a chance de serem defendidos por advogados a oferecer pelo MP à título officioso. Nesta óptica, decidiu a ministra da justiça exortar todos os partidos políticos que militam na oposição, a não politizarem a questão dos detidos por envolvimento no presente embroglio militar, por quanto existem responsabilidades penais que serão apuradas nos termos da lei penal vigente na nossa terra.

- Defende Ministra da Justiça



Antonieta Rosa Gomes

E, deste jeito, esclareceu que os indivíduos contra os quais se vier comprovar qualquer envolvimento ser-lhes-ão decretados ou legalizados o regime de prisão preventiva. Aqueles, cujo envolvimento não vier a ser comprovado, ser-lhes-ão também decretados liberdade segundo manda a lei.

A titular da pasta da Justiça, confessou a viva voz perante os jornalistas que todos os detidos estão fora das cárceres e serão respeitadas as suas integridades físicas, em coloboração com o Ministério da Administração Interna, por forma darmos um exemplo de uma justiça equilibrada neste período do fim do duplo poder na Guiné-Bissau.

Lançou um vibrante apelo ao

reforço da cooperação entre o Ministério Público, os magistrados judiciais e a ordem dos advogados com vista a garantir boa administração da justiça, e fazer a que seja isenta de pressões políticas, isto é para que a aplicação da lei e do direito seja uma realidade para a afirmação do nosso Estado de direito. Finalmente, a terminar, Rosa Gomes, apelou a sociedade civil, a cooperar com a justiça, dentro de um clima de civismo, rejeitando o recurso à violência quer verbal, quer física para a solução de problemas que possam ser resolvidos por via do diálogo, "porque a violência verbal pode desembocar em actos de violência física e provocar consequências que podem ser imprevisíveis", sorriu ela.

Mama Saliu Sané

O Primeiro Ministro defendeu na sexta-feira, primeiro de Dezembro, que diálogo é a melhor arma para a resolução de qualquer conflito.

Caetano N'tchama falava perante jornalistas nacionais e estrangeiros da posição do Governo sobre os últimos acontecimentos registados no país entre a classe castrense, que culminaram na morte do General Ansumane Mané.

Durante a sua intervenção, o Primeiro Ministro recuou no espaço e tempo descrevendo alguns cenários que originou a morte do Brigadeiro Mané.

Segundo N'Tchama, tudo terá começado com adiamento das promoções e graduações em 24 de Setembro do ano em curso, à pedido do General Mané, evocando motivos administrativos e organizacionais.

A segunda etapa das mes, disse N'Tchama, teve lugar em 16 de Novembro último, em cuja cerimónia esteve ausente o Balankula Mané por razões de saúde. Nessa etapa foram promovidos e graduados muitos oficiais superiores do nosso Exército.

Consta que as formalidades usadas nessas promoções obedeceram à critérios rigorosos e transparentes, e sem motivos para inqui-

"Diálogo é melhor arma para resolução de qualquer conflito"

- Disse N'tchama

etades. À título de exemplo, sublinhou o Primeiro-Ministro, que muito antes das promoções houve reuniões do Estado-Maior-alargado presidida pelo CEMGFA, com propostas e a reunião superior militar presidida pelo Ministro da Defesa Nacional.

Para o mesmo efeito, havia-se reunido o Conselho Superior de Defesa Nacional presidida pelo Presidente da República o qual, por sinal, dera visto a todos esses trâmites.

À margem das suas explicações, Caetano N'tchama, fez questão de recordar da reunião da Base Aérea do Comando Alargado, na qual o Brigadeiro recolheu as patentes e humilhou os altos oficiais publicamente, através dos órgãos de comunicação social.

E talvez, como se isso não bastasse, ele continuou com a sua postura de intransigência negando qualquer diálogo com as partes, apesar de todas as condições que haviam sido criadas a isso.

À apoiar a sua tese, Caetano N'tcham adiantou que o Brigadeiro

Mané ordenou a que todos os altos oficiais contra ele posicionados fossem colocados em prisões domiciliares. Toda a gente sabe que o CEMGFA, o Major-General Veríssimo Correia Seabra e seu vice, o Brigadeiro-General Emílio Costa conheceram este momento.

A mesma lei atingiria momentos mais tarde, também, os chefes de Estado-maior do Exército e da Força Aérea, respectivamente Brigadeiros-Generais Watna Na Laye e Manuel Melcíades Gomes Fernandes.

O chefe do Governo esclareceu, por outro lado, que a situação complicou a partir de 22 de Novembro, com o envio de duas viaturas carregadas de militares com a ordem de desarmarem o batalhão da guarda presidencial. É o comandante Augusto Mário, vulgo, Kapaseti di ferru que dirigia a operação, com a ordem de usarem a violência.

Caetano N'tchama admitiu de forma directa e firme que a partir desse momento passou a haver sinais de golpe de Estado com a ori-

entação dos militares chefiados por Augusto Mário deterem o Presidente da República e todos os Membros do Governo. E no dia seguinte, houve a reacção legítima das "Forças Republicanas" sob o comando directo do CEMGFA, do Presidente da República e do Governo, da qual resultou na tomada de Base Aérea, em oito horas de operação.

O rescaldo é o que toda a gente sabe - a morte do Brigadeiro Ansumane Mané no dia 30. Ele não quis render-se, o que obrigou trocas de tiros - destacou Caetano N'Tchama. Como é óbvio, o Governo prestou algum apoio à família dele, a saber, na confeição do caixão fúnebre e noutras despesas cerimoniais.

Em plena conferência, o chefe do Governo revelou, que, apesar de o Brigadeiro ter estatuto de Combatente de Liberdade de Pátria, de comandante supremo da extinta Junta Militar e de ex-Presidente da República nenhuma honra militar lhe seria prestada. Não obstante, em

jeito de apaziguamento, N'tchama apelou a todo o mundo a pautar pela paz, estabilidade interna e sub-regional com vista o relançamento económico da Guiné-Bissau.

Por esta razão evocou a papel da imprensa de ajudar na informação idoneas, sem a intervenção do governo no trabalho dos jornalistas, por forma a agarrar a imagem do país no exterior.

Por outro lado, o chefe do Governo disse que as dívidas externas da Guiné-Bissau já foram perdoadas, segundo ficou decidido na última reunião com os parceiros do desenvolvimento, em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América. É sinal de que muito brevemente poderá vir o país beneficiar dos fundos de Genebra e os da iniciativa HIPIC conforme o programa trienal assinado com o FMI e o Banco Mundial. Instado a falar de alguns civis detidos na sequência da tentativa do golpe de Estado.

Caetano N'tchama afirmou que o assunto será encaminhado para as instituições competentes, nomeadamente Ministério Público e os tribunais para provar se estão ou não implicados, "como sabem há pessoas que foram detidos em flagrante delitos", referiu.

Por último, o Primeiro-Ministro garantiu que já não voltarão a haver acontecimentos desse género e prometeu a segurança a todos os cidadãos.

Amarante Sampa